

PMDB vê virtudes e falhas

Para o PMDB-DF, a Emenda Xavier tem virtudes e defeitos. As virtudes: propor eleições diretas para governador e criar a Assembleia Legislativa. Defeitos: não municipaliza as cidades-satélites, não define a área administrativa de cada cidade e exclui os eleitores da zona rural da eleição para as Prefeituras Regionais e Câmara de Representantes.

Sobre as virtudes, o secretário-geral do PMDB-DF, Fernando Tolentino, explica que o partido há muito tempo vem defendendo que Brasília tenha representantes em todos os níveis. O partido, entretanto, ainda não se definiu sobre como deve ser a estrutura político-administrativa das cidades-satélites, o que pode vir a ser uma atribuição da Assembleia Legislativa. Desse modo, independente das alterações que possam vir a ser feitas na Emenda Xavier, o partido pedirá destaque para a eleição do governador e para a criação da Assembleia, quando a proposta for votada em plenário.

Quanto aos defeitos, Fernando Tolentino acha que o mais grave deles é excluir os eleitores da zona rural do processo eleitoral. Isso, segundo o secretário-geral do PMDB-DF, é consequência dos outros dois "defeitos". Ou seja, não rever a organização administrativa do Distrito Federal para tornar cada cidade-satélite numa região administrativa, em vez de ser apenas uma simples Prefeitura Regional.

Tolentino entende que a falha começa ao não definir exatamente que áreas urbana e rural pertencem a cada prefeitura regional e qual a população que elas abrangeriam. Isso porque, segundo ele, pela atual legislação, Guará e Núcleo Bandeirante, por exemplo, têm administradores, mas não são regiões administrativas. Essas cidades-satélites pertencem à região administrativa do Pla-

no Piloto, assim como Ceilândia faz parte da região administrativa de Taguatinga. Assim, defende Tolentino, primeiro é preciso definir a área e a população de cada município, para depois eleger seus representantes.

Sem isso, na opinião de Tolentino, os principais prejudicados seriam os eleitores dos núcleos rurais.

Ele citou como exemplo os eleitores de Alexandre Gusmão, um núcleo rural a 20 quilômetros de Brasília. Pela Emenda Xavier, segundo o premedebista, os eleitores de Alexandre Gusmão não podem eleger o prefeito de Brasília já que o núcleo rural não faz parte daquela cidade-satélite. Da mesma forma, não poderão eleger seus próprios representantes já que a Emenda não prevê representação política no núcleo rural. A solução, portanto, seria especificar que áreas compõem essas regiões administrativas, que passariam a ser municípios.

PLANO PILOTO

No PMDB-DF, entretanto, há correntes que discordam da municipalização do Distrito Federal, alegando que todo o País tem direito de opinar no destino da cidade, já que ela é um patrimônio da Nação. Os que não concordam alegam que o País pode interferir na estrutura administrativa da cidade, mas não podem coibir o brasiliense do direito de definir seu próprio destino.

Uma alternativa intermediária, porém, vem conseguindo unir as correntes antagônicas do PMDB. A proposta inicial é municipalizar Brasília, mas no caso do Plano Piloto as mudanças na legislação, especialmente as que alterarem o aspecto urbano da cidade, teriam que ser submetidas ao Congresso Nacional. Com isso, se evitaria, por exemplo, a descaracterização urbana do Plano Piloto.